

Casa-grande e Soweto

África do Sul e Brasil, quem discrimina mais? O páreo é duro, e a conclusão de que o Brasil não está confortável para dar lições de moral



Não há pessoa mais louca na Cidade do Cabo do que Theo Rudman. Branco, descendente de africanos por parte de mãe, de ingleses por parte de pai, e especialista em

recursos humanos, Rudman tem duas manias. Uma, estranhíssima, é se enfiar nas favelas dos pretos, falar com eles e frequentar suas bibocas. Outra, é a idéia de que a economia informal salvará a África do Sul — razão pela qual criou um instituto, o Self-Employment Institute, cujo objetivo é ensinar aos negros noções de formação de estoques, por exemplo, ou de como se organiza um livro de receitas e despesas, para ajudá-los em seus pequenos negócios. Rudman está qualificado como poucos para falar das relações entre brancos e negros na África do Sul:

“Os brancos deste país gostam de dizer que conhecem os negros”, diz ele. “É mentira. Muitos negros trabalham nas casas dos brancos, mas os brancos não sabem sequer o seu sobrenome. Não sabem onde eles moram. Nunca estiveram nas cidades negras. Não conhecem os seus meios de transporte.”

Epa! Para um brasileiro, a conversa começa a soar familiar. A pele pode não ser bem preta, mas aquela pessoa que as patroas brasileiras têm em casa — quantas já visitaram o lugar onde elas moram ou já tomaram o ônibus que elas tomam? Rudman, que quando dispara a falar parece uma metralhadora, e entre os pretos seus amigos é chamado de “Good White”, ou “O Bom Branco”, continua: “Os brancos não têm idéia do que é ser parado na rua na ponta de um revólver duas vezes por dia — uma pela polícia, outra

por um militante do ANC ou do Inkatha”. Aqui, fica-se a pensar no depoimento de brasileiras como Efigênia Carlos Pimenta, uma senhora negra que milita em movimentos de direitos humanos em Belo Horizonte e costuma dizer que os brancos não sabem o que é ser mãe negra no Brasil: “Mãe negra não fica sossegada quando o filho sai de casa. Se são 8 da noite e ele ainda não chegou, fica pensando que levou um tiro da polícia”.

GARÇOM PRETO — Para um brasileiro na África do Sul, um passatempo dos mais educativos é ficar comparando as estripulias de lá e de cá. A África do Sul tem — ou tinha — apartheid, mas não tem separação entre elevador social e de serviço, uma instituição única no mundo, inventada no Brasil para tirar a empregada doméstica de vista. Em Johannesburgo, já



Bairro negro de Alexandra, em Johannesburgo: o povo foi esquecido na corrida para o progresso

Quem é quem na injustiça

POPULAÇÃO* (em milhões)
PIB PER CAPITA* (em US\$)
EXPECTATIVA DE VIDA
MORTALIDADE INFANTIL* (óbitos a cada mil nascidos)
VIOLÊNCIA POLÍTICA
VIOLÊNCIA SOCIAL
EXTERMÍNIO DE MENORIAS
SEQÜESTROS
VOTO UNIVERSAL
ELEVADOR DE SERVIÇOS
GARÇOM NEGRO
TAXA DE CORRUPÇÃO

comum os restaurantes finos terem garçons pretos. No Hotel Carlton, de cinco estrelas, no centro da cidade, não só os garçons e virtualmente todos os demais empregados são negros — também é negra boa parte da clientela. No Rio ou em São Paulo, é raro encontrar garçons pretos em restaurantes de primeira linha. No livro que o irmão mais velho de De Klerk, Willem, escreveu sobre o irmão presidente, há um trecho em que ele descreve as relações da família com os negros, no tempo em que ambos eram crianças:

“Como em todos os lares sul-africanos, havia uma relação senhor-empregado tipicamente colonial e paternalista. Nós fomos criados com as regras de equidade, honestidade e caridade para com os negros. Uma relação amistosa e descontraída, que incluía a atenção para com as necessidades deles, reunia a todos numa família ampliada. Há alguns laços comuns entre africanos e negros que são parte da tradição deste país — mas sempre dentro das linhas do apartheid: você não mora na mesma casa, não come junto, não dorme junto; você não frequenta a mesma igreja e não partilha das mesmas decisões políticas”.

Trata-se de um parágrafo que talvez não fosse percebido como corpo estranho se fosse contrabandeado para dentro de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto

Freyre, o clássico que exalta as doces relações entre brancos e negros no Brasil. Mesmo no trecho sobre o apartheid, poderia ser mantida a observação sobre comer junto — a relação brasileira de senhor-empregado também impede a convivência à mesa. O que careceria de correção é a questão de dormir junto — a convivência nos lençóis, como registra, com abundância de detalhes, o livro erótico que é também *Casa Grande e Senzala*, é um dos traços da formação nacional.

Não é gratuito comparar Brasil e África do Sul — os dois têm abundantes traços em comum. São ambos países do Hemisfério Sul, mais ou menos no mesmo estágio de desenvolvimento, e integrados por uma diversidade de raças. O produto interno bruto da África do Sul, de 80 bilhões de dólares, é quatro vezes menor que o brasileiro, de 320 bilhões de dólares, mas a população sul-africana, de 35 milhões de habitantes, é também quatro vezes menor que a do Brasil, o que resulta numa riqueza per capita virtualmente empatada. Há diferenças, como a parte primeiro mundo da África do Sul, muito mais bem cuidada do que a brasileira. Ali, a infra-estrutura construída pelos brancos inclui estradas estupendas, de nível alemão, telefones que realmente funcionam e cidades em muito melhor estado de limpeza e conservação do que as brasi-

leiras. Também a inflação é de nível civilizado — 14% ao ano —, e tão honrados se mostram os sul-africanos diante da questão que se alarmam com o índice, e estão empenhados em puxá-lo para baixo. Sobretudo, porém — para voltar às semelhanças —, o grande fator que une Brasil e África do Sul é que são ambos países que dispararam numa arrancada desesperada rumo ao progresso, mas esqueceram suas populações para trás.

URBANIZAÇÃO — As populações, nas últimas décadas, começaram a forçar passagem rumo à conquista de seus direitos, e é isso que explica, de maneira mais convincente do que qualquer outro argumento, o processo pelo qual passa a África do Sul. John Kane-Berman, diretor do Instituto Sul-Africano de Relações Raciais, é autor de um livro, *A Revolução Silenciosa*, em que inventaria as transformações de baixo para cima que estão ocorrendo no país — das quais a primeira, e de longe a mais importante, é a urbanização. “As cidades da área que antes era oficialmente chamada de branca estão se transformando em cidades africanas”, escreve Kane-Berman. “Já há mais negros vivendo ao redor das cidades, em barracões ou outras moradias improvisadas (quando não em residências convencionais), do que brancos no país inteiro.”

No Brasil não há leis do apartheid, mas os prédios, por exemplo, têm elevador social e de serviço

ÁFRICA DO SUL	BRASIL
35	147
2 470	2 540
62 anos	66 anos
68	59
Tem	Não tem
Tem	Tem
Não tem	Tem
Não tem	Tem
Não tem	Tem
Não tem	Tem
Frequente	Raro
Mínima	Máxima

* Fonte: Banco Mundial/1989



Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro: o povo foi esquecido na corrida para o progresso

O fenômeno da urbanização é familiar ao Brasil, e também aqui está ligado à politização de maiorias antes amorfas e a conquistas da cidadania, mas há uma diferença — na África, ele começou a mudar uma paisagem e a quebrar uma ilusão política.

Tome-se o que era a paisagem sul-africana — cidades muito direitinhas, complementadas por subúrbios residenciais onde, à maneira americana, a burguesia vivia tranqüila em suas mansões de poucas cercas e muitos gramados. Preto só entrava — com passes — para trabalhar e voltava para casa, em lugares distantes. Além disso, nas áreas urbanas, eles eram poucos. Nas últimas décadas, porém, seu número foi crescendo. Começaram a inchar bairros como Soweto, a cidade-dormitório dos negros que trabalhava em Johannesburg. Tratava-se de um fenômeno tão social quanto econômico, impulsionado pelas necessidades de expansão industrial do país. Em 1987, quando ainda não era presidente, De Klerk reconhecia: "A economia requer a presença permanente de milhões de negros em áreas urbanas". Com isso começou a desmoronar a ilusão política que estava associada ao exclusivismo branco nas cidades — a de que, ao fim e ao cabo, seria possível manter um país autônomo, onde os negros viessem trabalhar apenas, como os turcos trabalham na Alemanha, mas onde eles não teriam nenhum direito político. Para tornar a ilusão ainda mais perfeita, até se começou a criar enclaves aos quais os negros pertenciam segundo sua etnia de origem, e onde, ali sim, poderiam votar à vontade — não importa se a realidade cada vez mais mostrasse que o negro vivia mesmo em Johannesburg, Durban ou Port Elizabeth, e tinha tanta familiaridade com sua aldeia de

origem quanto um africano com Amsterdam, na Holanda de origem de sua raça.

Conseqüências da urbanização foram os outros fenômenos dos últimos anos. A educação, por exemplo. Ela ainda é bastante desigual no país. O Estado gasta quatro vezes mais com um aluno branco, nas boas escolas públicas a eles destinadas, do que com os negros, nas precárias e insuficientes escolas que lhes cabem. Mas, vinte anos atrás, essa proporção era de dezoito para um. Sempre segundo o livro de Kane-Berman, em 1967 apenas 7% dos estudantes universitários eram negros, mas hoje eles já são mais que 40%. A erupção dos negros na vida do país levou ainda a conseqüências como uma economia própria, surgida e alimentada entre eles — da qual o mais vistoso e citado exemplo é a indústria dos táxis Kombi, que, nas maiores cidades sul-africanas, fazem a ligação entre o centro e as *townships*, onde moram os negros. O serviço de transporte imaginado por empreendedores negros, baseados em Kombi de nove lugares, geralmente da marca Toyota, no início teve de brigar, mas acabou por se impor às companhias de ônibus convencionais controladas pelos brancos. Hoje, segundo dados de Kane-Berman, há 55 000 desses táxis no país, eles carregam mais de 1 milhão de passageiros por dia e o sindicato de seus proprietários, o Southern Africa Black Taxi Association, afirma que seus associados compram de 300 a 500 veículos por mês. A prosperi-



dade dos 49 000 associados do sindicato tornou-os bons clientes da Varig, costumam comprar pacotes de férias Brasil. Pode-se assegurar que uma viagem de táxi Kombi de Soweto a Johannesburg, feita em meia hora, é mais segura, confortável e humana do que numa Central, ou nos ônibus assassinos servem os subúrbios do Rio de Janeiro.

IDÉIA DE NAÇÃO — Os progressos grandes, mas, como se diria numa asbléia brasileira, a luta continua. No dia em que a ANC instalou sua nacional, no centro de Johannesburg um edifício de 22 andares que, com a Shell, por um preço revelado, é também um símbolo da ascensão dos negros na África do Sul —, uma diretoria da agremiação, Nelson Mandela e recentemente para o Comitê Executivo argumenta: "O apartheid acabou. Ainda resta sua estrutura". O governo, ao longo dos últimos dezoito meses, revogou uma a uma as leis que compunham o edifício do apartheid, mas evidentemente não revogou o apartheid na cabeça das pessoas. Marcus cita casos de discriminações criados para os negros. Por exemplo, há unidades que passaram a

Theo Rudman, entre os negros de uma favela da Cidade do Cabo: "Muitos negros trabalham nas casas dos brancos, mas os brancos não sabem sequer seu sobrenome nem onde eles moram"





**Táxis Kombi em
Johanesburgo: um
negócio inventado
pelos negros para
os negros, que
transporta 1 milhão
de pessoas por
dia, conta com
55 000 carros
e é muito mais
seguro e humano
do que os trens
da Central ou os
ônibus que cortam
o Rio de Janeiro**

“padrões civilizados” dos candidatos a morar nelas, uma fórmula vaga com que tentam barrar os negros. Há também escolas que resistem a se abrir, e os exemplos poderiam continuar. Com isso tudo, no entanto, a África do Sul já deu o grande passo de ficar mais parecida com outros países. O apartheid disfarçado é sobejamente conhecido no Brasil, onde há clubes que não aceitam negros, embora nunca com essa justificação, e empresas que exigem “boa apresentação” — geralmente sinônimo de pele branca — dos candidatos a seus empregos.

O que o Brasil tem e a África do Sul não tem é uma idéia comum e incontroversa de

nação. “Na África do Sul eles ainda não resolveram o problema nacional, que para nós não existe”, diz o embaixador brasileiro Ítalo Zappa, ex-representante do Brasil em Moçambique e especialista em problemas da área. Nenhum brasileiro tem dúvida de que é brasileiro, nem de onde ficam as fronteiras do país. Na África do Sul, para começar, as pessoas pensam em si mesmas como “brancos sul-africanos” ou “negros sul-africanos”, quando não em “mestiços sul-africanos” e “indianos sul-africanos” — as outras duas etnias oficialmente existentes. A criação de enclaves para os negros, cujo futuro ainda não tem definição, deixou dúvidas até sobre onde começa e onde

acaba o país. E tudo indica que, quando houver eleições, os eleitores vão votar com sua cor da pele. “As tendências são os negros votarem no ANC porque é bom para os negros, e não porque é bom para o país, e os brancos votarem no Partido Nacional porque é bom para os brancos, e não para o país”, diz o cientista político Steve Friedman, do Instituto de Estudos Políticos de Johanesburgo. Uma velha águia do apartheid, H. F. Verwoerd, que foi primeiro-ministro de 1960 até ser morto com uma punhalada, em 1966, em sua cadeira no Parlamento — para cúmulo de sua desgraça, aplicada por um assassino branco —, disse certa vez: “Deixe-me ser bastante claro. Quando falo de nação, falo do povo branco da África do Sul.” Costurar uma nação dos pedaços que a prepotência branca manteve historicamente separados é a questão que se impõe agora aos sul-africanos, brancos e negros.

A África do Sul sai do túnel escuro do apartheid com boas chances na vida. É uma história que por enquanto se encaminha para um final feliz, lá dentro como também aqui fora, onde a comunidade internacional se congratula pelo fato de seus longos anos de advertências, boicotes e sanções terem afinal contribuído para que a ovelha rebelde tomasse jeito. O Brasil alinhou-se entre os países que aplicaram os castigos aos sul-africanos e fez bem, mas o fato é que em sua própria conta também tem uma pesada fatura de injustiças e iniquidades. E se agora que o apartheid acabou invente-se de baixar sanções contra os países que distribuem mal a renda? E caso se venha com a idéia de boicotar as nações que têm governos corruptos? Não é por nada não. E só para lembrar que o Brasil não está com essa bola toda para dar lições de moral à África do Sul. **R.P.T.**

Conversas de Estado

Nelson Mandela será recebido no Brasil como chefe de Estado, com direito ao circuito do Planalto, Congresso e Supremo Tribunal, e terá também uma conversa de Estado, em que o assunto será a elevação do nível da embaixada brasileira em Pretória. Para mostrar seu desagrado com a África do Sul, o Brasil não mantém ali um embaixador. A embaixada é conduzida por um encarre-

gado de negócios. Desde que as últimas leis do apartheid foram revogadas, porém, o Itamaraty considerou chegada a hora de mudar. Só faltaria uma consulta a Mandela, por cortesia ao representante da maioria da população do país, e ninguém duvidava de que Mandela não oporia obstáculos. Agora já se duvida, pela fúria que ele tem demonstrado contra o governo sul-africano depois do escândalo das verbas para o Inkatha.

As relações do Brasil com a África do Sul registram uma balança comercial de 200 milhões de dólares e uma curiosidade. A curiosidade é que nestes anos de escasso dinheiro de fora no Brasil os sul-africanos são responsáveis por um dos maiores investimentos individuais — a soma de mais de 1 bilhão de dólares que, ao longo dos últimos quinze anos, foi versada no país pela Anglo American, a gigante sul-africana do ouro. Sempre associada ao banco Bozzano-Simon-

sen, a Anglo American possui aqui participações que vão da mina de Morro Velho, em Minas Gerais, ao Barrashopping do Rio de Janeiro e o MorumbiShopping de São Paulo, sem contar a maior fazenda de café do mundo, em Alfenas, Minas, e uma das maiores de laranja, em Barretos, São Paulo. A explicação talvez seja que, para quem está acostumado com a África do Sul, o Brasil não é risco.